

Magistratura São Paulo Concurso 173

Prova Preambular (1º Fase)

DIREITO CONSTITUCIONAL

Assinale a alternativa correta.

- 01) O alistamento eleitoral e o voto são
- a) obrigatórios para os maiores de dezesseis anos e menores de vinte e um anos.
 - b) facultativos para os maiores de dezoito anos.
 - c) obrigatórios para os conscritos durante o período do serviço militar obrigatório.
 - d) facultativos para os analfabetos e os maiores de setenta anos.
- 02) A ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta
- a) pelo Governador do Estado.
 - b) pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - c) pelo Procurador Geral da República.
 - d) pela Mesa da Assembléia Legislativa.
- 03) O projeto de lei submetido ao Presidente da República poderá
- a) ser vetado, no todo ou em parte.
 - b) ser vetado relativamente a apenas parte de artigo.
 - c) ser sancionado somente depois de decorrido o prazo de 15 (quinze) dias.
 - d) ser vetado relativamente a apenas parte de parágrafo.
- 04) Ao Superior Tribunal de Justiça compete julgar
- a) os Governadores dos Estados, nos crimes de responsabilidade.
 - b) os Desembargadores, nos crimes comuns e de responsabilidade.

- c) os membros dos Tribunais de Contas, apenas nos crimes comuns.
- d) os membros dos Ministérios Públicos que oficiem perante tribunais.

05) A intervenção em município, desde que verificada uma das hipóteses que a possibilitem, compete

- a) à União.
- b) ao Estado em cujo território se localiza.
- c) ao Supremo Tribunal Federal, se localizado em Território Federal.
- d) à União e ao Estado em cujo território se localiza, concorrentemente.

Assinale a alternativa incorreta.

06) A disciplina do Sistema Financeiro Nacional, tal como prevista no artigo 192 da Constituição da República,

- a) no substancial, já havia sido instituída pela Lei nº 4.595, de 1964.
- b) não diz respeito apenas às instituições financeiras.
- c) é de ordem eminentemente programática.
- d) não pode ser alterada via de emenda constitucional.

07) Os direitos e garantias individuais elencados no artigo 5º da Constituição da República

- a) podem ser objeto de emenda constitucional.
- b) são exaustivos.
- c) são imprescritíveis.
- d) são irrenunciáveis.

08) O texto constitucional em vigor consagra

- a) o princípio da liberdade sindical.
- b) o princípio da unicidade sindical.
- c) a proibição da interferência e da intervenção do Poder Público na organização sindical.
- d) a dispensa do registro do sindicato no órgão competente.

09) No âmbito da legislação concorrente da União, Estados e Distrito Federal,

- a) a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- b) a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- c) a superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- d) à falta de lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.

10) O princípio comumente chamado de "quinto constitucional" é de observância obrigatória

- a) em todos os tribunais do país.
- b) nos tribunais estaduais de segundo grau.
- c) nos tribunais regionais federais.
- d) nos tribunais de segundo grau do Distrito Federal e Territórios.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Assinale a alternativa correta.

11) O direito de retomada coativa do serviço pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, é o direito de

- a) reversão.
- b) retrocessão.
- c) encampação.
- d) tredestinação.

12) Na hipótese de haver apenas um participante em uma licitação pública, a administração

- a) poderá torná-la sem efeito e realizar outra.
- b) terá, necessariamente, de adjudicar o serviço ao único participante.
- c) poderá prorrogar o prazo de entrega das propostas.
- d) poderá comparar os preços ofertados com os praticados no mercado e impor ao participante o preço médio.

13) Da independência das instâncias administrativas, civil e criminal, resulta que

- a) o funcionário poderá sempre ser punido em qualquer dessas esferas sem a preocupação de se esperar o resultado de qualquer outra instância.
- b) a absolvição criminal somente afasta a responsabilização administrativa, quando ficar comprovada a inexistência do fato ou a não-autoria imputada ao funcionário.
- c) a absolvição por falta de provas, na esfera criminal, necessariamente terá reflexo no processo administrativo.
- d) a absolvição por falta de provas, no processo criminal, somente terá reflexo na esfera civil.

14) A autarquia, na organização administrativa, faz parte

- a) da administração direta.
- b) do setor privado da administração.
- c) de um corpo à parte da administração.
- d) da administração indireta.

15) O servidor público estável

- a) poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- b) pode ser demitido em decorrência de avaliação insuficiente.
- c) só pode ser demitido por decreto do Chefe do Poder Executivo.
- d) só pode ser afastado por efeito de decisão judicial.

16) Os direitos e ações pessoais contra as Fazendas Públicas, contado o prazo da data do fato ou ato do qual se originaram, prescrevem em

- a) 5 (cinco) anos, podendo ser interrompido uma vez.
- b) 5 (cinco) anos, não podendo ser interrompido.
- c) 10 (dez) anos entre presentes e 15 (quinze) anos entre ausentes.
- d) 20 (vinte) anos.

17) A desistência da ação de desapropriação

- a) sujeita-se ao consentimento do proprietário do bem expropriando.
- b) está condicionada ao pagamento integral do preço arbitrado.
- c) pode ser parcial.
- d) é inadmissível se verificada a imissão de posse do imóvel expropriando.

18) Os Tribunais de Contas

- a) integram o Poder Judiciário.
- b) são órgãos auxiliares dos Legislativos e colaboradores dos Executivos.
- c) podem ser criados nas capitais de Estados que deles não dispõem.
- d) revestem-se de natureza autárquica.

19) Os estacionamentos localizados nas ruas públicas cujo uso enseje pagamento à administração pública constituem

- a) bem de uso comum do povo.
- b) servidão administrativa.
- c) bem de natureza dominial.
- d) bem de uso especial.

20) O poder regulamentar de que dispõem os Chefes de Executivos, no que tange às leis, é

- a) delegável.
- b) exercitável, mesmo relativamente àquelas cujo veto de que foram objeto tenha sido rejeitado.
- c) de exercício indispensável, para que sejam exequíveis.
- d) instrumento hábil à correção de eventuais equívocos, ao âmbito do conteúdo.

DIREITO CIVIL

Nas questões de números 21 a 23, assinale a alternativa correta.

21) Casamento putativo.

- a) O casamento putativo, realizado a despeito de impedimento absoluto, portanto nulo e assim declarado judicialmente, acarreta a nulidade dos atos praticados até então e relacionados com essa situação.
- b) A ignorância, suscetível de invalidar a relação matrimonial, pode decorrer só de erro de fato e não de direito.
- c) O juiz, ao proclamar a putatividade do casamento, profere sentença com eficácia "ex nunc", não afetando os direitos já consumados.
- d) A anulação do casamento faz cessar a emancipação do nubente, então relativamente incapaz pela idade, ainda que tenha agido de boa-fé.

22) Usucapião.

- a) O processo de arrecadação de herança jacente, a respeito do mesmo imóvel, impede o reconhecimento do usucapião.
- b) Área incluída em reserva florestal não pode ser objeto de usucapião.
- c) Nas ações de usucapião, de interesse de particular que apenas objetiva uma sentença favorável para regularização do domínio, a intervenção do Ministério Público não é necessária.
- d) O usucapião é forma originária de aquisição da propriedade e não apenas exercício de posse por um lapso de tempo estipulado em lei.

23) Responsabilidade civil. Indenização.

- a) Morte da vítima, em acidente de trânsito, que estava sendo transportada a título de cortesia, transporte gratuito, ainda que o transportador não tenha atuado com dolo ou culpa grave. Indenização indevida.
- b) Acidente de trânsito. Evento causado por menor púbere, sem habilitação. Veículo de propriedade de terceiros. Responsabilidade solidária dos pais e dos titulares do bem.
- c) Condomínio. Furto de veículo na garagem do edifício. Convenção condominial omissa a respeito. Indenização devida diante do vínculo obrigacional de guarda e vigilância.
- d) Vítima atropelada em via férrea ao se utilizar de passagem clandestina comumente usada por pedestres. Local desprovido de sinalização, cancela ou guarda permanente, não obstante conhecimento da companhia. Existência de passarela em local distante. Culpa da ferrovia não caracterizada.

24) Nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), "as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação" (art. 52, § 1º). Assinale a alternativa correta.

- a) Essa limitação é válida só para o fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou cessão de financiamento ao consumidor.
- b) Essa limitação incide nos contratos celebrados entre as escolas e seus alunos.
- c) A cláusula penal moratória, aqui prevista, exclui a possibilidade de incidência de juros.

- d) Essa limitação é inaplicável aos contratos bancários, financeiros, de crédito e de seguros.

25) Contempla o Código de Defesa do Consumidor (CDC), como norma de natureza processual, a inversão do ônus da prova. Esta pode ser determinada

- a) a critério do juiz, segundo as regras ordinárias de experiência, situando-se no campo de sua prudente discricionariedade.
- b) pelo juiz, só na hipótese de estar o consumidor no pólo ativo da demanda.
- c) a critério do juiz, para aferição da veracidade e correção de informação ou comunicação publicitária.
- d) a critério do juiz, desde que fundada no princípio da vulnerabilidade e da plausibilidade da alegação do consumidor.

Nas questões de números 26 a 28, assinale a alternativa incorreta.

26)

- a) É preciso não olvidar que uma norma não mais vigente, por ter sido revogada, não poderá continuar vinculante, nem com vigor para os casos anteriores à sua revogação. A norma não poderá ser eficaz, porque revogada.
- b) A irretroatividade da lei é um princípio constitucional, apesar de não ser absoluto, já que as normas poderão retroagir, desde que não ofendam coisa julgada, direito adquirido e ato jurídico perfeito.
- c) A nova lei sobre prazo prescricional aplica-se desde logo se o aumentar, embora deva ser computado o lapso temporal já decorrido na vigência da norma revogada. Se o encurtar, o novo prazo de prescrição começará a correr por inteiro a partir da lei revogadora. Se o prazo prescricional já se ultimou, a nova lei que o alterar não o atingirá.
- d) Quando o legislador derroga ou ab-roga uma lei que revogou a anterior, surge a questão de se saber se a norma que fora revogada fica restabelecida, recuperando sua vigência, independentemente de declaração expressa. Mas pela LICC, a lei revogadora de outra lei revogadora não terá efeito repristinatório sobre a velha norma abolida, a não ser que haja pronunciamento expresso da lei a esse respeito.

27)

- a) Separação judicial. Casamento sob regime de comunhão universal. Partilha. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Benefício que não integra o patrimônio comum e, por consequência, não está sujeito a partilha.
- b) A natureza jurídica da sentença que decreta a separação do casal é declaratória e seus efeitos se operam a partir da data do trânsito em julgado ou da data da decisão concessiva na separação cautelar de corpos.
- c) São efeitos do divórcio direto: a dissolução do vínculo conjugal; a impossibilidade de sua reconstituição; os direitos e deveres relativos à prole; a partilha de bens; a cessação do impedimento matrimonial; a obrigação alimentar; o uso do nome.
- d) Sociedade de fato. Reconhecimento. Partilha. Contrato de convivência com regra de comunhão de bens. Posterior casamento com regime de total separação de bens. Meação pretendida dos adquiridos na vigência do concubinato. Inadmissibilidade. Pacto

nupcial que é soberano como regra jurídica disciplinadora da partilha de bens adquiridos antes e depois do casamento.

28)

- a) A compensação é um modo de extinção de obrigação, até onde se equivalerem, entre pessoas que são, ao mesmo tempo, devedora e credora uma da outra, por dívidas líquidas, vencidas e infungíveis.
- b) Quando o pagamento é efetuado em quotas periódicas, a quitação da última estabelece a presunção "juris tantum" de estarem solvidas as anteriores.
- c) Chama-se evicção a perda da coisa, por força de sentença judicial que a atribui a outrem, por direito anterior ao contrato.
- d) Tendo-se em consideração a autonomia de vontade e a liberdade contratual, ainda assim é inoperante a cláusula de não indenizar, estabelecida por empresa que explora estacionamento de veículos.

29) A abertura da sucessão hereditária ocorre com o falecimento do "de cujus", mas há que se considerar como incorreto

- a) que a mulher casada, recebendo herança de sua família, não pode recusá-la sem autorização marital.
- b) que a renúncia à herança não pode ser tácita ou presumida.
- c) que a aceitação da herança não pode ser condicional, dependendo de termo ou de encargo.
- d) que a aceitação da herança não pode ser presumida ou tácita.

30) Considerando-se que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) introduziu no ordenamento jurídico normas de direito material e processuais, indique a alternativa incorreta.

- a) O CDC é um microssistema, que regula a relação de consumo, dentro do macrossistema que é o CC.
- b) Nada impede que, no contrato, as partes estabeleçam que a inversão do ônus da prova só ocorra na hipótese de a responsabilidade ser transferida a terceiros.
- c) Se alguém adquire um imóvel diretamente da construtora, como destinatário final, caracterizada está a relação de consumo. Se essa venda é realizada entre a construtora, na condição de vendedora, e a empresa incorporadora, como compradora, tendo esta o intuito de revender esse bem, não está configurada a relação de consumo, visto que a incorporadora não se amolda à definição de consumidor.
- d) O CDC consagra, em mais de uma hipótese nas relações de consumo, a responsabilidade sem culpa, mas a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Nas questões de números 31 a 36, assinale a alternativa incorreta.

31) Falência.

- a) A falência se caracteriza pela impontualidade e não pela insolvabilidade do comerciante e, embora seja uma execução coletiva, pode ser declarado falido o comerciante que tem um só credor.
- b) A lei falimentar se refere a credor, e, pois, não restringe a ação de falência ao credor comerciante de quem esteja potencialmente falido.
- c) O juízo da falência é indivisível e competente para todas as ações sobre bens, interesses e negócios da massa falida, mas a ação de despejo requerida contra o falido escapa à universalização do juízo falimentar.
- d) Exige-se do credor por notas promissórias, para aparelhar pedido de falência, o protesto de todos os títulos executivos, não bastando o protesto apenas de uma delas.

32) Revelia.

- a) Ação reivindicatória não é contestada e, apesar da revelia, segundo a qual reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, este pode ser julgado carecedor da ação, como decorrência do conhecimento e análise, pelo juiz, das questões jurídicas da lide.
- b) Na ação de investigação de paternidade, não respondida pelo réu, está o autor dispensado de produzir provas de sua pretensão, na medida em que o demandado tornou-se revel.
- c) Realizada a citação pessoal do réu, em ação ordinária de cobrança não contestada, assim caracterizada a revelia, o autor tem direito de requerer e produzir provas a fim de deixar escorreito o reconhecimento de sua pretensão.
- d) Estando a contestação fora do prazo legal, a pedido do autor, deverá ela ser desentranhada dos autos, mas a documentação com ela exibida pode permanecer no processo.

33) Substituição no processo e litisconsórcio.

- a) Na substituição processual, que é espécie de legitimação extraordinária, o substituto defende, em nome próprio, direito alheio; na sucessão processual o sucessor defende, em nome próprio, direito próprio.
- b) Ocorrendo a alienação da coisa litigiosa no curso do processo, por ato entre vivos, e não havendo concordância da outra parte com a sucessão, a situação processual do alienante permanece a mesma, mas como substituto processual, ou seja, defendendo, em nome próprio, direito alheio.
- c) Condôminos que ajuízam ação para reivindicar coisa comum formam um litisconsórcio, que não é simples, que não é recusável, que não é obrigatório, nem unitário facultativo.
- d) Na ação pauliana há formação de litisconsórcio passivo necessário entre alienante e adquirente, sendo nulo o processo que assim não observar.

34) Juizado Especial Cível.

- a) Embora a menoridade cesse aos vinte e um anos de idade, pode o maior de dezoito anos ser autor perante esse Juizado, independentemente de assistência.
- b) Nas ações que têm curso perante esse Juizado, realizada a citação por edital, dar-se-á curador especial ao réu que não atendeu ao chamamento.
- c) Não têm os Tribunais Estaduais competência para o reexame das decisões proferidas nesse Juizado.
- d) Nesse Juizado, o prazo de recurso não é o mesmo estabelecido no Código de Processo Civil.

35) Penhora. Execução.

- a) Nada impede que mais de uma penhora recaia sobre o mesmo bem em execuções diversas promovidas por credores diferentes. A intervenção da União, suas autarquias e empresas públicas em concurso de credores ou de preferência não desloca a competência para a Justiça Federal.
- b) O juízo deprecado é competente para apreciar os incidentes relacionados com a penhora, avaliação e alienação do bem penhorado.
- c) Em concurso de credores, prevalece o credor com nota de crédito industrial, como privilegiado, ao crédito de honorários advocatícios fixados nos próprios autos.
- d) A penhora de renda diária de empresa-executada exige a nomeação de administrador, que submeterá à aprovação judicial a forma de administração e esquema de pagamento, devendo ele comunicar à Junta Comercial que entrou no exercício das suas funções e prestar contas mensalmente nos autos da execução.

36) Ação monitória.

- a) Impende reconhecer que, dos três requisitos clássicos que conotam o título executivo, o título injuntivo ostenta apenas dois - exigibilidade e liquidez -, uma vez que a certeza será agregada ao documento pela decisão judicial que determina o pagamento ou a entrega da coisa.
- b) No mandado de pagamento é cabível a inclusão de custas processuais e honorários advocatícios devidos ao autor da demanda, para a hipótese de adimplemento espontâneo da ordem pelo réu.
- c) Dispõe o réu de quinze (15) dias para oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do mandado inicial, também sendo cabível a interposição de reconvenção.
- d) Por constituir a ação monitória espécie de procedimento que propicia a formação de um título executivo judicial, não comporta a modalidade de citação ficta ou editalícia, pois os embargos, pelos quais se defende o apontado como devedor, têm natureza declaratória ou constitutiva negativa.

37) Denúnciação à lide. Assinale a alternativa correta.

- a) O fato de a parte ter mencionado, em sua petição, que estava deduzindo chamamento ao processo em caso típico de denúnciação da lide, não inibe o juiz de determinar o procedimento correto, pois o co-réu pode denunciar a lide ao litisconsorte passivo.
- b) Verificando-se, a teor da contestação, menção a fatos atribuídos a terceiro, e como a denúnciação à lide é obrigatória nas hipóteses indicadas no CPC, sendo o caso, nada impede que a citação daquele, como denunciado, seja determinada de ofício pelo juiz.

- c) No procedimento sumário, a contestação deve ser deduzida na audiência, razão pela qual é nesse momento que o demandado deve denunciar à lide o terceiro, impondo-se a suspensão do processo para a citação do denunciado.
- d) Diz o CPC, para os casos que menciona, ser obrigatória a denunciação à lide, mas se o juízo da ação principal for absolutamente incompetente para julgar a ação de denunciação da lide, o processo será deslocado para o juízo competente.

38) Considerando-se que cabe ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução e indeferir as inúteis, apreciando livremente a prova, sequer adstrito ao laudo pericial, assim podendo formar sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos, é correto dizer-se que

- a) pode o juiz substituir-se ao perito em razão de conhecimentos técnicos próprios que possua sobre a matéria, para dispensar a produção de prova pericial.
- b) pode o juiz desconsiderar a prova oral, só porque consistente em testemunha única, assim prestigiando o princípio "testis unus, testis nullus".
- c) é admissível a dispensa de inquirição de testemunhas a respeito de determinados fatos da lide, porque presenciados pelo juiz.
- d) é cabível o deferimento e permanência nos autos, de juntada de documento, já estando contestada a ação e após o saneador, a despeito de ter sido ele expressamente mencionado na petição inicial.

39) Para recepção da petição inicial de ação monitória e expedição do mandado injuntivo, é indispensável prova escrita. Qual alternativa satisfaz a exigência legal?

- a) Duplicata mercantil sem aceite, com comprovante da entrega da mercadoria e protestada.
- b) Nota fiscal do produtor pela compra e venda de gado.
- c) Cheques dados em garantia de contrato de mútuo.
- d) Cobrança por serviços de conservação e manutenção de lote de terreno, segundo previsão no contrato padrão do loteamento.

40) Prazo processual. Ação ordinária é ajuizada contra dois (2) réus e um deles denuncia à lide terceira pessoa, o que é indeferido. Assinale a alternativa correta.

- a) Contra essa decisão é atuante o artigo 191 do CPC ("Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para responder e, de modo geral, para falar nos autos").
- b) Essa regra não se aplica aos citados em execução contra devedor solvente, para efeito de interposição de embargos à execução.
- c) Se reconsiderada a decisão, a instauração da lide secundária com a denunciada estabelece litisconsórcio entre ela e a denunciante.
- d) Sendo revel um dos litisconsortes, ainda assim perdura o direito ao prazo em dobro ao co-réu.

DIREITO COMERCIAL

41) As Juntas Comerciais são

- a) órgãos normativos vinculados ao Poder Judiciário, com competência para regular o comércio em geral.
- b) tribunais federais do comércio, com competência para julgar questões entre comerciantes.
- c) órgãos da administração estadual que desempenham função de natureza federal atinente ao registro público.
- d) órgãos da administração federal incumbidos de tornar legítimos os atos praticados pelas empresas mercantis e auxiliares do comércio.

42) Os direitos relativos à propriedade industrial

- a) são assegurados mediante a concessão de privilégios e de registros pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
- b) são assegurados apenas às pessoas físicas residentes no Brasil e às sociedades constituídas de acordo com as leis brasileiras, que mantenham a sede de sua administração em território brasileiro.
- c) são protegidos exclusivamente com base em tratados internacionais dos quais o Brasil é parte, notadamente pela convenção da União de Paris de 1883.
- d) têm a sua proteção assegurada em todo o território da República Federativa do Brasil mediante depósito das patentes e marcas no Departamento Nacional do Registro do Comércio, mesmo que esse depósito seja efetuado por sociedade estrangeira.

43) Os livros e fichas de escrituração do comerciante

- a) não têm valor probante contra ele, a não ser quando corroborados por outros documentos e provas.
- b) fazem prova plena contra as pessoas com quem ele negocia, mesmo que tais livros e fichas de escrituração não estejam plenamente legalizados.
- c) somente provam a favor dele, comerciante, quando mantidos com observância das formalidades legais e a lei não exigir outro meio de prova.
- d) nada provam contra o comerciante ou terceiros, a não ser quando devidamente rubricados pelo Juiz da Comarca onde a empresa mantém sua sede principal de negócios.

44) A proteção do nome empresarial é assegurada

- a) com o arquivamento dos atos constitutivos da sociedade na Junta Comercial, ficando essa proteção circunscrita à jurisdição administrativa dessa mesma Junta Comercial.
- b) com o depósito do nome empresarial no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, que confere exclusividade em todo o território nacional.
- c) mediante a simples utilização desse nome, de maneira continuada e uniforme, em todos os negócios da empresa, independentemente de qualquer arquivamento ou registro.

d) desde que não seja idêntico ou semelhante a outro que venha a ser posteriormente depositado na mesma Junta Comercial.

45) Na sociedade em conta de participação,

- a) os sócios têm responsabilidade solidária e ilimitada pelas obrigações assumidas pela sociedade.
- b) somente o sócio ostensivo responde perante terceiros.
- c) ambos os sócios respondem perante terceiros, mas sempre individualmente e de forma subsidiária.
- d) os sócios respondem solidariamente, mas sempre dentro dos limites e na proporção de suas respectivas contribuições para os fundos sociais.

46) Na sociedade anônima,

- a) somente os titulares de ações ordinárias, com direito a voto, podem exercer os chamados direitos essenciais do acionista.
- b) as ações representativas do capital social poderão assumir a forma "ao portador", desde que não tenham direito a voto.
- c) as ações preferenciais que não tenham direito a voto poderão adquirir esse direito se a elas não forem distribuídos os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, durante 3 (três) exercícios consecutivos.
- d) as ações poderão ser entregues à própria companhia que as emitiu em garantia de dívida de terceiros, compradores dos produtos da companhia.

47) Quando o produto durável é fornecido com identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador, as pessoas solidariamente responsáveis pelos danos causados ao consumidor, pelo fato do produto, são:

- a) o fabricante, o comerciante e o construtor nacional.
- b) o fabricante, o comerciante e o importador.
- c) o fabricante, o importador e o construtor.
- d) o importador, o construtor e o comerciante.

48) Quanto ao cheque, pode-se afirmar que

- a) é título de crédito não causal, à vista, e que pode ser endossado em branco ou em preto pelo titular do crédito, que passa a ser devedor solidário pelo endosso.
- b) é título crédito causal, exigível apenas quando a relação jurídica da qual se originou o débito for válida.
- c) é título de crédito que pode ser emitido para pagamento à vista ou a prazo, como nos casos dos cheques pós-datados.
- d) é título de crédito não causal, que não pode ser ao portador, devendo ser obrigatoriamente nominal, independentemente do seu valor, e somente pode ser endossado em preto.

- 49) De acordo com a lei de falências, qual das seguintes afirmações é incorreta?
- a) Não produz efeito relativamente à massa falida, o pagamento de dívidas não vencidas, realizado pelo devedor dentro do termo legal da falência.
 - b) São revogáveis relativamente à massa falida, todos os atos praticados com intenção de prejudicar credores, independentemente de prova da fraude do devedor e do terceiro que com ele contratar.
 - c) Se o síndico da falência não propuser a ação revocatória no prazo legal, qualquer credor poderá propô-la.
 - d) O pagamento de dívidas vencidas e exigíveis, realizado dentro do termo legal da falência por qualquer modo que não seja o previsto no contrato, é ineficaz em relação à massa falida.

50) Os administradores de uma sociedade anônima

- a) podem validamente adquirir, para revenda, bens de terceiros, mesmo que tenham conhecimento de que também a companhia tencionava adquiri-los, desde que paguem o valor de mercado desses bens.
- b) não podem, em hipótese alguma, contratar com a sociedade, mesmo que em condições razoáveis e equitativas, idênticas às condições prevalecentes no mercado.
- c) não podem, em hipótese alguma, recusar-se a prestar informação sobre fato relevante, quando essa informação for solicitada em assembleia geral ordinária por acionistas que representem 5% (cinco por cento) ou mais do capital social.
- d) quando autorizados pela assembleia geral ou pelo conselho de administração, podem tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia, para proveito próprio.

DIREITO TRIBUTÁRIO

51) No caso de extinção de pessoa jurídica de direito privado, quando a respectiva atividade é continuada pelo sócio remanescente, sob uma outra razão social, pode-se afirmar que

- a) a nova empresa criada pelo sócio remanescente apenas responde por metade dos tributos devidos pela sociedade extinta.
- b) inexistente responsabilidade, pois a atividade é continuada pelo sócio sob outra razão social.
- c) a empresa criada pelo sócio remanescente é responsável pela totalidade dos tributos devidos pela sociedade extinta, desde que já tenham sido lançados.
- d) a sociedade constituída pelo sócio remanescente é responsável pelos tributos devidos pela sociedade extinta, independentemente de sua razão social.

52) Quanto às isenções, é certo que

- a) em razão do princípio constitucional da uniformidade geográfica, não podem ser restritas a determinada região ou território da entidade tributante.
- b) em todos os casos, podem ser revogadas ou modificadas por lei, a qualquer tempo.
- c) somente pessoas políticas, detentoras de competência tributária, podem conceder ou revogar isenções.

- d) o Decreto do Poder Executivo que conceder a isenção em caráter geral, há de especificar os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, se for o caso, o prazo de sua duração.

53) De acordo com o Código Tributário Nacional, a restituição vence juros não capitalizáveis, a contar

- a) da data do pagamento indevido.
- b) do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.
- c) da data da constituição definitiva do crédito tributário.
- d) da citação.

54) Acerca dos denominados impostos extraordinários, sabe-se que

- a) prescindem de lei complementar para a sua instituição.
- b) aqueles a serem instituídos pela União Federal devem estar compreendidos dentro da sua faixa de competência tributária.
- c) cessada a causa que lhes deu origem, não de ser devolvidos aos contribuintes.
- d) cessado o estado de calamidade pública que deu origem à criação de um imposto extraordinário, o mesmo há de ser suprimido gradualmente.

55) Nos termos do Código Tributário Nacional, o denominado *lançamento por homologação*

- a) acontece naqueles tributos em que a legislação tributária impõe ao Fisco todo o labor da constituição do crédito tributário.
- b) somente estará completado se a Administração permanecer omissa no prazo de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte ao da realização do fato gerador.
- c) exige que o Fisco homologue expressa ou tacitamente os pagamentos antecipados realizados pelo próprio contribuinte sem qualquer participação estatal.
- d) suspende a exigibilidade do crédito tributário.

56) Pode-se afirmar, quanto às imunidades, que

- a) a lei da pessoa política titular da competência tributária que a instituiu deve identificar todas as condições necessárias para o seu gozo, além de identificar a classe de contribuintes beneficiada.
- b) a denominada imunidade recíproca não alcança as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- c) as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, são imunes às contribuições para financiamento da seguridade social.
- d) a imunidade conferida aos templos de qualquer culto não é ampla e irrestrita.

57) Na hipótese de pagamento indevido realizado em 10 de março de 1990, de tributo sujeito a lançamento direto, em que o contribuinte pleiteou administrativamente a restituição do indébito no último dia de seu prazo decadencial, e teve denegado o seu pleito administrativo de repetição dois anos depois, pode-se dizer que o prazo prescricional para a propositura da respectiva ação anulatória dessa decisão administrativa denegatória

- a) expirou em março de 1998.
- b) expirou em março de 1999.
- c) terminou em janeiro de 2000.
- d) ainda não terminou.

58) Assinale a alternativa correta.

- a) Em face do princípio constitucional da isonomia das pessoas políticas tributantes, na cobrança judicial do crédito tributário não haverá concurso entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) Os créditos tributários inscritos em dívida ativa têm presunção absoluta de certeza e liquidez.
- c) Os créditos de natureza tributária têm preferência em relação aos de ordem trabalhista.
- d) A cobrança judicial do crédito tributário não está sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.

59) De acordo com a Constituição Federal, está reservado à lei complementar

- a) estabelecer as alíquotas mínimas nas operações internas de ICMS.
- b) instituir isenções de tributos da competência dos Municípios.
- c) instituir contribuições sociais de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção da União nas referidas áreas.
- d) dispor sobre conflitos de competência e regular imunidades.

60) No que pertine aos princípios constitucionais tributários, é certo que

- a) o princípio da anualidade impede a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- b) as contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social, diferentemente das contribuições de melhoria, estão sujeitas ao princípio da anterioridade nonagesimal.
- c) por força do princípio da estrita legalidade, a lei tributária não poderá alterar os conceitos e as formas de direito privado.
- d) o princípio da uniformidade geográfica impede a concessão de incentivos fiscais quando estes estiverem apenas voltados para a correção de desequilíbrios regionais.

DIREITO PENAL

61) Assinale a alternativa correta.

- a) É admissível a tentativa na contravenção de vias de fato.
- b) O transporte, sem a intenção de uso, de arma branca fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade, não configura a contravenção penal de porte ilegal de arma.
- c) Não são aplicáveis às contravenções penais as medidas de segurança previstas no Código Penal.

d) A principal pena privativa de liberdade prevista para as contravenções penais é a de detenção.

62) O agente que, executando um roubo mediante grave ameaça exercida com arma de fogo, atira na vítima e, por "aberratio ictus", mata o comparsa, comete

- a) crimes de roubo qualificado e de homicídio doloso, em concurso material.
- b) crimes de roubo qualificado e de homicídio culposo, em concurso material.
- c) latrocínio tentado.
- d) latrocínio consumado.

63) Para a consumação do crime de estupro, é exigida(o)

- a) a introdução completa do pênis na vagina da vítima.
- b) a introdução completa do pênis na vagina da ofendida, com ejaculação.
- c) somente a introdução parcial do membro viril na vagina da ofendida.
- d) rompimento do hímen.

64) A medida de segurança, consistente em internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, imposta aos agentes inimputáveis absolvidos com base no artigo 26 do Código Penal, dar-se-á

- a) por tempo indeterminado, perdurando enquanto persistir a periculosidade do agente.
- b) por prazo determinado, que o juiz fixará na sentença.
- c) pelo prazo da pena mínima cominada ao crime cometido.
- d) pelo prazo que a perícia médica entender suficiente.

65) O agente que pratica crimes, em continuidade delitiva, antes e depois de atingir a maioridade penal,

- a) não responde por nenhum dos crimes.
- b) responde por todos os crimes.
- c) responde somente pelos crimes posteriores.
- d) responde apenas pelo último crime.

66) Suponha-se que um médico, ante iminente perigo de vida, pratique uma intervenção cirúrgica arbitrariamente, ou seja, sem consentimento do paciente ou de seu representante legal. O seu comportamento deve ser considerado

- a) crime de lesão corporal culposa.
- b) atípico.
- c) crime de constrangimento ilegal.
- d) crime de lesão corporal dolosa.

67) Assinale a alternativa correta.

- a) Na detração penal não se computa, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão administrativa determinada pela autoridade judiciária.

- b) Na segunda fase da operação de dosagem da pena, após fixar a pena-base, deve o juiz levar em consideração as causas de diminuição e de aumento.
- c) No concurso formal e no crime continuado, a dosagem da multa segue o mesmo critério adotado para a pena privativa de liberdade.
- d) A condenação anterior a pena de multa não impede a concessão da suspensão condicional da pena.

68) O agente que, ao ver um criminoso passar algemado e escoltado, bate-lhe acaloradas palmas, pratica

- a) crime de apologia de criminoso.
- b) delito de incitação ao crime.
- c) contravenção penal de conduta inconveniente.
- d) conduta atípica.

69) Uma das alternativas abaixo está incorreta. Assinale-a.

- a) Nos crimes falimentares, a prescrição da pretensão punitiva é de dois anos.
- b) Constitui forma típica qualificada de porte ilegal de arma de fogo o fato de o agente possuir condenação anterior por crime contra a pessoa, contra o patrimônio e por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- c) No crime de tráfico ilícito de entorpecentes, estando comprovado que o réu praticou o delito e é semi-imputável, cumpre ao juiz absolvê-lo e aplicar-lhe medida de segurança.
- d) Nos crimes de sonegação fiscal, o pagamento do tributo posteriormente à denúncia não extingue a punibilidade do agente.

70) O agente que solicita dinheiro com a desculpa fantasiosa de que irá influenciar o juiz na decisão de uma causa comete crime de

- a) exploração de prestígio.
- b) corrupção passiva.
- c) tráfico de influência.
- d) advocacia administrativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Nas questões de números 71 a 73, assinale a alternativa correta.

71)

- a) A expedição de carta precatória, destinada à produção de prova testemunhal, suspende a instrução criminal até a sua devolução devidamente cumprida.
- b) No interrogatório, o defensor do acusado não poderá intervir ou influir, de qualquer modo, nas perguntas e nas respostas.
- c) O juiz não pode ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes.
- d) O exame de corpo de delito não pode ser realizado aos domingos e feriados.

72)

- a) O recurso cabível contra a decisão que indefere pedido de justificação criminal é a apelação.
- b) O "habeas corpus" constitui remédio destinado a proteger a liberdade de comunicação dos cidadãos.
- c) A apelação é o recurso apropriado para atacar a sentença de pronúncia.
- d) Contra a decisão que, embora admitindo o recurso em sentido estrito, obsta à sua expedição e seguimento para o juízo "ad quem", é cabível a correção parcial.

73)

- a) Se o réu for citado pessoalmente e não comparecer para o interrogatório marcado, nem constituir defensor, o juiz suspenderá o processo e o curso do prazo da prescrição.
- b) A intimação de réu preso da sentença condenatória pode ser feita através de seu defensor constituído.
- c) A notificação e a intimação podem ser efetuadas por despacho do juiz na própria petição em que forem requeridas.
- d) A citação do acusado no estrangeiro, por carta rogatória, não suspende o curso do prazo de prescrição.

74) Assinale a hipótese que, segundo a doutrina, constitui o "flagrante presumido" ou "flagrante ficto".

- a) O agente é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.
- b) O agente acaba de cometer a infração.
- c) O agente é perseguido, logo após a prática da infração penal, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser o autor do fato.
- d) O agente é preso ao estar cometendo a infração penal.

Nas questões de números 75 e 76, uma das afirmações está incorreta. Assinale-a.

75)

- a) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios.
- b) As nulidades ocorridas posteriormente à pronúncia deverão ser argüidas logo depois de anunciado o julgamento e apregoadas as partes.
- c) A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz para o único fim de argüi-la.
- d) As omissões da denúncia ou da queixa poderão ser supridas a todo o tempo, até depois da sentença final.

76)

- a) Está impedido de exercer jurisdição no processo o juiz que for parente, consangüíneo, em linha reta até o 3º grau, do perito que elaborou a perícia nos autos.
- b) O acusado poderá constituir defensor, independentemente de mandato, indicando-o por ocasião do interrogatório.
- c) O co-réu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.
- d) Está impedido de funcionar no processo o escrivão que nele foi ouvido como testemunha.

77) Assinale a alternativa que corresponde ao rito processual comum da ação penal por crime apenado com detenção.

- a) Recebimento da peça acusatória - citação e interrogatório do réu - defesa prévia - saneador e audiência de instrução e julgamento, onde são ouvidas as testemunhas arroladas pelas partes e realizados os debates, proferindo-se, em seguida, a sentença.
- b) Recebimento da peça acusatória - citação e interrogatório do réu - defesa prévia - oitiva das testemunhas de acusação - saneador e audiência de julgamento, onde são ouvidas as testemunhas de defesa e feitas as alegações orais, seguindo-se a sentença.
- c) Recebimento da peça acusatória - citação e interrogatório do réu - defesa prévia - audiência das testemunhas de acusação - audiência das testemunhas arroladas pela defesa - alegações finais - fase de diligências - sentença.
- d) Recebimento da peça acusatória - citação e interrogatório do réu - defesa prévia - audiência das testemunhas arroladas na denúncia - audiência das testemunhas de defesa - fase de diligências - alegações finais - sentença.

78) É correto afirmar que

- a) o procedimento correspondente às situações previstas na Lei de Execução Penal não é judicial, sendo vedada a produção nele de prova pericial.
- b) a Lei de Execução Penal não consagra o princípio da reserva legal, podendo haver falta ou sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.
- c) é de cinco dias o prazo da apelação da decisão de rejeição da denúncia ou da queixa e da sentença, nos procedimentos dos Juizados Especiais Criminais, criados pela Lei nº 9.099/95.
- d) o laudo pericial de constatação da natureza da substância apreendida, previsto nos procedimentos da Lei Antitóxicos, é provisório, não suprimindo o laudo de exame toxicológico definitivo para dar base à sentença.

79) Suponha-se um crime de extorsão mediante seqüestro que se estende por várias Comarcas, sendo instaurados vários inquéritos policiais. Nessa hipótese, a competência jurisdicional será determinada

- a) pelo lugar em que se deu a privação da liberdade da vítima.
- b) pelo lugar em que foi praticado o último ato de execução.
- c) pela prevenção.
- d) pela conexão.

80) É correto afirmar que

- a) as coisas relacionadas com o fato criminoso, apreendidas durante o inquérito policial, não poderão ser restituídas antes de transitar em julgado a sentença final, enquanto interessarem ao processo.
- b) o exame médico-legal, no incidente de insanidade mental do acusado, pode ser suprido pela inspeção pessoal do juiz.
- c) o exame médico-legal, para a verificação da integridade mental do sujeito do crime, não pode ser ordenado na fase do inquérito policial.
- d) haverá conflito negativo de jurisdição quando duas ou mais autoridades judiciárias se considerarem competentes para conhecer do mesmo fato criminoso.

CONHECIMENTOS GERAIS

81) Quem é cognominado "O apóstolo do Brasil"?

- a) Padre Manuel da Nóbrega.
- b) Padre José de Anchieta.
- c) Padre Antonio Vieira.
- d) Arcebispo D. Hélder Câmara.

82) Assinale o estado em que nasceu o político brasileiro Afonso Pena, que exerceu a Presidência da República.

- a) Minas Gerais.
- b) Rio de Janeiro.
- c) Espírito Santo.
- d) Ceará.

83) Sócrates, filósofo grego, ao que consta, nada de sua doutrina deixou escrito, fazendo-o, porém, um de seus discípulos abaixo:

- a) Xenofonte.
- b) Platão.
- c) Aristóteles.
- d) Simplicio.

84) Machado de Assis, em "Dom Casmurro", mostra Capitu como personagem de maior destaque. Bentinho nutria, em relação a ela, sentimentos de

- a) profunda admiração e respeito.
- b) amor desmedido.
- c) verdadeira veneração de ordem espiritual.
- d) ciúme exacerbado, raiando os limites de doença mental.

- 85) Érico Veríssimo, em "Olhai os Lírios do Campo", retrata, como tema preponderante,
- a) o exato significado que se deve atribuir à mensagem do "Novo Testamento", em que Jesus fala sobre a beleza dos lírios e das aves do céu.
 - b) as tendências políticas e humanas do mundo de seu tempo.
 - c) como se devem processar as relações de família.
 - d) as formas de encarar o mundo, a profissão e o amor por parte de um médico tomado de complexos de inferioridade.

86) Lima Barreto, em "Recordações do Escrivão Isaías Caminha", discorre sobre o dia-a-dia da redação de qual jornal da cidade do Rio de Janeiro?

- a) "Jornal de Notícias".
- b) "Correio da Manhã".
- c) "O Globo".
- d) "Jornal do Brasil".

87) Assinale a alternativa correspondente à frase em que não há nenhum erro de ortografia e acentuação.

- a) À exceção do representante do corpo docente, puzeram-se a favor da proposta do ex-reitor somente seus ex-discípulos.
- b) Atraz de tanta segurança, estava a ocultar todo o ressentimento que remoia a anos.
- c) De tanto remexer na memória o que lhe escapava à compreensão, já não sabia o que dava tanta vida àquele amontoado de lembranças.
- d) Arrependia-se sempre da rispidez com que a recebia, pois não precisava ser advinho para saber que dali há instantes choraria por ela.

88) Assinale a alternativa em que os verbos estão correta e adequadamente empregados.

- a) Quando você o vir, dize-lhe que já demos nossa contribuição, para que sirvamos de exemplo a todos.
- b) Quando você o ver, diz-lhe que já demos nossa contribuição, para que sirvamos de exemplo a todos.
- c) Quando você o ver, diga-lhe que já demos nossa contribuição, para que sirvamos de exemplo a todos.
- d) Quando você o vir, diga-lhe que já demos nossa contribuição, para que sirvamos de exemplo a todos.

89) Em recente reunião, em Brasília, dos chefes dos Três Poderes, houve fixação do teto para os vencimentos dos funcionários públicos. É correto dizer que

- a) esse teto atinge exclusivamente os membros do Poder Judiciário.
- b) os vencimentos fixados beneficiam diretamente os membros dos Três Poderes da República.
- c) essa fixação faz parte da chamada "reforma do Poder Judiciário".
- d) a reunião referida foi consequência de acerto espontâneo entre seus participantes.

90) Bill Clinton, Presidente dos Estados Unidos da América, foi recepcionado por faixas e cartazes populares em recente visita a país distante, com os dizeres: "Inimigo da humanidade: vá embora." Que país é esse?

- a) China.
- b) Coreia.
- c) Índia.
- d) Egito.

GABARITO

01.D	02.C	03.A	04.B	05.B	06.D	07.B	08.D	09.C	10.A
11.C	12.A	13.B	14.D	15.A	16.A	17.C	18.B	19.D	20.B
21.C	22.D	23.B	24.A	25.D	26.A	27.B	28.A	29.D	30.B
31.D	32.B	33.C	34.B	35.C	36.B	37.A	38.D	39.C	40.B
41.C	42.A	43.C	44.A	45.B	46.C	47.C	48.A	49.B	50.D
51.D	52.C	53.B	54.A	55.C	56.D	57.B	58.D	59.D	60.B
61.B	62.D	63.C	64.A	65.C	66.B	67.D	68.A	69.C	70.A
71.B	72.A	73.C	74.A	75.D	76.C	77.B	78.D	79.C	80.A
81.B	82.A	83.B	84.D	85.D	86.C	87.C	88.D	89.B	90.C

Prova Escrita (2º Fase)

Direito Civil - Dissertação

DANO MORAL.

Direito Processual Civil - Questão

EM ALGUMA HIPÓTESE PODE O RÉU OBTER TUTELA ANTECIPADA?

Direito Penal - Dissertação

CRIMES DE TRÁFICO E ENTREGA A CONSUMO DE ENTORPECENTES E DROGAS AFINS (ART. 12, "CAPUT", DA LEI Nº 6.368/76): Objetos Jurídicos - Natureza jurídica - Concurso de pessoas - Teoria da insignificância - Princípio da alternatividade - Momento consumativo e tentativa - Regime prisional.

Direito Processual Penal - Questão

QUAL A DIFERENÇA ENTRE FLAGRANTE PREPARADO E FLAGRANTE ESPERADO?

Direito Constitucional - Questão

À ÉGIDE DO TEXTO CONSTITUCIONAL EM VIGOR, O ESTADO RESPONDE POR DANOS CAUSADOS POR TABELIÃES DE CARTÓRIOS NÃO OFICIALIZADOS A PARTICULARES?

Direito Administrativo - Questão

O DEPÓSITO DO VALOR DA OFERTA É CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE DA AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO?

Direito Tributário – Questão

DEIXANDO A SOCIEDADE DE RECOLHER O ICMS EM VIRTUDE DE ESCASSEZ DE RECEITA, PODEM OS SEUS SÓCIOS GERENTES SER RESPONSABILIZADOS SOLIDÁRIA OU SUBSIDIARIAMENTE PELOS DÉBITOS DA PESSOA JURÍDICA, NOS TERMOS DO CTN?

Direito Comercial – Questão

QUAIS OS EFEITOS DO ENDOSSO DE UMA LETRA DE CÂMBIO SACADA COM A CLÁUSULA "NÃO À ORDEM"? O QUE HÁ DE COMUM ENTRE O CITADO ENDOSSO DE LETRA SACADA "NÃO À ORDEM" E O CHAMADO ENDOSSO "PÓSTUMO"?